



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----ACTA N.º 7/2008 -----

-----Aos onze dias do mês de Março do ano de dois mil e oito, no edifício dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a Presidência do Senhor Mário Américo Franco Alves, Presidente do mesmo, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Dras. Elsa Maria Lopes Correia, Maria de Fátima Gonçalves Antunes, Coronel Albano José Ribeiro de Almeida e Dr. José Francisco Tavares Rolo, à excepção da Sra. Vereadora Maria José de Bastos Jorge Gonçalves Freixinho que informou que viria mais tarde, alegando motivos profissionais.** -----

-----Secretariou a presente reunião, o Director do Departamento de Administração Geral e Finanças, Dr. João Manuel Nunes Mendes. -----

-----Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram dez horas.-----

-----RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA-----

DOC. 1

-----Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria respeitante ao dia 10 de Março de 2008, cujo saldo disponível em receita orçamental é de **630.009,76 € (Seiscentos e trinta mil e nove eurose setenta e seis cêntimos)**, conforme documento em anexo e que fica a fazer parte integrante desta acta.--- -----

1 – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

----- Esteve presente a Sra. D. Maria de Fátima Simões, residente em Oliveira do Hospital que iniciou a sua intervenção manifestando a sua indignação quanto à forma como decorreu recentemente a delimitação de uma parcela de terreno, junto à sua habitação, terreno esse que foi expropriado há já alguns anos pela Câmara Municipal ao seu marido Américo Simões. Disse ainda não entender por que razão é que o Sr. Presidente da Câmara sempre se recusou a agendar uma reunião no sentido de se deslocarem ao local e dialogarem acerca da possibilidade de negociar com a Câmara Municipal a compra de alguns metros daquele terreno. Com vista a um melhor esclarecimento desta situação entregou a todos os presentes cópia de alguns documentos que remeteu à Câmara Municipal, documentos esses que o Sr. Presidente referiu não precisar uma vez que já eram do seu conhecimento, ao que a D. Maria de Fátima Simões retorquiu “o senhor pode não precisar porque sabe tudo, os outros podem não saber nada”. -----

-----O Sr. Presidente alertou de imediato a Sra. D. Maria de Fátima Simões para que esta se limitasse apenas a expor o seu assunto e não tecesse quaisquer comentários relativamente aos membros do executivo.-----

-----A Sra. D. Maria de Fátima Simões prosseguiu esclarecendo que a sua presença nesta reunião tinha como objectivo obter algumas respostas por parte da Câmara Municipal, uma vez que o Sr. Presidente da Câmara sempre se recusou ao diálogo. Esclarecendo ainda as razões que a levaram a agir como agiu no dia em que foi feita a delimitação do terreno, pois esperava que houvesse bom senso na resolução da sua pretensão. Prosseguiu manifestando a sua indignação pelo facto da



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

A visualização deste documento não invalida a consulta do original

Câmara Municipal ter solicitado a presença da GNR no local. Mais referiu que só pretende ser ouvida relativamente a esta questão, lembrando que no mandato do Sr. Engº Carlos Portugal, o Sr. Presidente, na altura Vereador, havia autorizado que elaborassem um projecto com vista à construção de uns arrumos naquele local, o que, no seu entender, era um acto de esperança para que um dia pudessem negociar a compra do mesmo. Questionou ainda o Sr. Presidente da Câmara porque é que na altura era possível e agora não é, e bem assim sobre o que é que havia mudado até agora, porque no seu entender, se não era possível construir no local, então a Câmara Municipal não deveria ter autorizado que elaborassem o referido projecto. Questionou ainda sobre o que é que leva a Câmara Municipal a agir assim com o seu marido Américo Simões, nascido em Oliveira do Hospital e pessoa de bem. Para além destas questões queixou-se ainda de alguns problemas com o escoamento das águas pluviais da sua habitação.-----

-----Sobre o assunto, o Sr. Presidente declarou que a Sra. D. Maria de Fátima Simões estava a apresentar um conjunto de “inverdades”, ou seja, um conjunto de perguntas e exigências acerca de um terreno que não é da própria, esclarecendo que a expropriação do terreno em causa não foi feita pela Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, mas sim pelo INH – Instituto Nacional de Habitação, à semelhança de um conjunto de expropriações efectuadas naquela zona, entidade que posteriormente vendeu à Câmara Municipal pelo facto de envolver a abertura de arruamentos naquela área da cidade. Disse ainda que, mesmo após ter adquirido a parcela de terreno em causa, a Câmara Municipal nunca procedeu à sua vedação. Tendo presente o processo em causa o Sr. Presidente prosseguiu dando conhecimento de todos o procedimentos administrativos levados a efeito desde 1990, sublinhando que “o Senhor Presidente não manda fazer construções ilegais a ninguém, muito menos à senhora”.-----

-----A Sra. D. Maria de Fátima por sua vez continuou a insinuar-se contra ao que era dito pelo Sr. Presidente da Câmara, mostrando-se muito indignada, pelo que aquele responsável voltou a alertar para que a Senhora se mantivesse em silêncio até que prestasse todos os esclarecimentos pois também não a havia interrompido enquanto expôs a sua situação, ao que a Sra. D. Maria de Fátima referiu que “a mim ninguém me manda calar”, tendo o Sr. Presidente da Câmara declarado de imediato que a partir deste momento qualquer resposta a dar à Sra. D. Maria de Fátima, no âmbito deste processo, seria por via contencioso, salientando que “a mim também ninguém me cala e continuarei a cumprir com a lei seja com quem for.”-----

-----O Sr. Presidente esclareceu ainda que no que diz respeito ao escoamento das águas pluviais e saneamento da habitação é um problema da senhora e não da Câmara Municipal.-----

-----A Sra. D. Maria de Fátima concluiu pedindo ao Sr. Presidente da Câmara diálogo e moral, por entender que nem ela nem o seu marido, nunca lhe deram motivos para serem tratados assim, ao que aquele responsável considerou ser uma provocação pessoal, esclarecendo que a senhora não pode nem deve ser tratada de forma diferente dos outros munícipes, cabendo à Câmara Municipal actuar em conformidade com o que a Lei dispõe sobre estas matérias.-----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida referiu que “lamenta a crispação verificada, o local não é o indicado para dirimir situações destas. Neste momento só a via judicial o resolverá, se o bom senso não imperar”.-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo tomando uso da palavra, e uma vez que ainda não estava presente quando se iniciou a reunião, solicitou ao Sr. Presidente que lhe desse conta desta situação, ao que aquele responsável referiu que não iria repetir o que se havia passado, pois, no seu entender, se o Sr. Vereador tivesse chegado atempadamente teria tomado conhecimento de tudo o que se passou.-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que “considerado o ambiente de visível crispação e pelo que entendeu do conflito, apelou ao bom senso e ao diálogo no sentido de ser



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

encontrada uma solução razoável que sirva ambas as partes”. -----

-----Neste momento verificou-se a entrada da Sra. Vereadora Maria José Freixinho na presente reunião.-----

2 – ANTES DA ORDEM DO DIA-----

2.1 – INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR ALBANO ALMEIDA-----

-----2.1.1 – XVII FESTA DO QUEIJO SERRA DA ESTRELA, ENCHIDOS E MEL DE OLIVEIRA DO HOSPITAL/ 2008-----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida congratulou-se pela realização da XVII Festa do Queijo Serra da Estrela, Enchidos e Mel de Oliveira do Hospital, que teve lugar no passado dia 8 do corrente mês, felicitando a Câmara Municipal por todas as iniciativas tidas no âmbito deste evento, nomeadamente o lançamento do livro sobre o Queijo Serra da Estrela, por considerar ser muito relevante para a promoção e divulgação do concelho de Oliveira do Hospital.-----

-----A Sra. Vereadora Maria José Freixinho também se congratulou pela realização da XVII Festa do Queijo, salientando tratar-se de um evento que já faz parte da tradição da comunidade oliveirense. Congratulou-se ainda pelo lançamento do livro sobre o Queijo Serra da Estrela, um projecto apoiado pela Câmara Municipal e pela ADIBER, referindo que se trata de uma iniciativa muito relevante uma vez que valoriza um produto endógeno, sendo mais um elemento a juntar a todos os outros em prol da promoção do concelho. Mais sugeriu, que nos próximos anos, e à semelhança deste, se promova a edição de outros livros alusivos a qualquer outro produto endógeno do concelho.-----

-----O Sr. Presidente referiu que, mais uma vez, a Festa do Queijo foi um sucesso, atendendo àquilo que se perspectiva num evento desta natureza. Mais referiu que os produtores tiveram a oportunidade de apresentar os seus produtos e que do que pôde verificar, julga que os terão comercializado em larga escala. Salientou ainda que esta festa foi também um ponto de encontro para muitos que acabaram por se rever naquele espaço, entendendo assim que se atingiram os objectivos propostos. -----

-----2.1.2 – PARAGEM DE AUTOCARRO JUNTO AO CENTRO DE SAÚDE-----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida congratulou-se também por ter verificado que a Câmara Municipal já está a levar a efeito a execução das Zonas de Paragem de Autocarros na Avenida Dr. António Afonso Amaral, junto ao Centro de Saúde, em Oliveira do Hospital. -----

-----O Sr. Presidente referiu que a execução das referidas paragens de autocarro estão a decorrer pelo que espera que estejam concluídas brevemente. -----

2.2 – INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR JOSÉ FRANCISCO ROLO-----

-----2.2.1 – CONCESSÃO AOS MUNICÍPEIS DE BENEFÍCIOS FISCAIS EM SEDE DE IRS-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, o Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu o seguinte: -----

-----“Como sabemos, a Lei das Finanças Locais no seu artigo 20º permite que os Municípios abdicuem da sua parte do IRS em favor dos munícipes. Esta não é uma questão nova para o executivo, pois já em 2007, na fase em que deliberamos acerca das taxas a aplicar em sede do Imposto Municipal sobre Imóveis, eu próprio avancei com a possibilidade de se estudar a aplicação dessa prerrogativa, ou seja, de o Município abdicar da sua parte do IRS em favor dos munícipes. Na altura, propus que se estudassem os vários cenários possíveis e razoáveis com vista a que o Município de Oliveira do Hospital, usando da referida prerrogativa da Lei das Finanças Locais pudesse abdicar de um valor percentual da receita de IRS que cabe ao Município. Sabemos que essa decisão tem que ser tomada e comunicada à Direcção Geral de Contribuições e Impostos até 31 de Dezembro. O Município de Oliveira do Hospital não entendeu usar desta prerrogativa, contudo outros 42 Municípios do país concedem esse benefício aos seus munícipes. Assim, temos 9 municípios no país que concedem um benefício de 5%, mais de metade dos municípios que usam esta prerrogativa, ou seja 23, taxa que varia entre 2,5% e 5% e há municípios relativamente próximos ao concelho de Oliveira do Hospital, como, Gouveia, Mortágua e Manteigas que concedem este benefício. A proposta que aqui deixo, mais uma vez, é que se faça simplesmente um estudo para avaliar os cenários de aplicação destes benefícios por parte do Município de Oliveira do Hospital pesando, obviamente, as perdas em termos de receita. E, em função desse estudo e dos vários cenários a considerar, por exemplo benefícios entre 0,5% e 5%, ser depois tomada uma decisão por parte do executivo. Entendo e reforço que esta prerrogativa consagrada na Lei das Finanças Locais deve ser avaliada pelo Município de Oliveira do Hospital, daí que reitere esta mesma proposta.” -----

-----Sobre o assunto, o Sr. Presidente referiu que esperava que fosse o Governo a tomar esta iniciativa e que não colocasse o ónus sobre as autarquias, por se tratar de uma questão nacional, devendo ser vista nessa mesma perspectiva. Manifestou ainda o seu desejo de que o Governo reduza efectivamente o IRS a todos os contribuintes, de forma igual para todo o território nacional, nomeadamente no próximo ano, tal como tem sido aventado pelo Sr. Ministro das Finanças nas suas intervenções. Prosseguiu referindo que no seu entender as autarquias não podem efectuar mais reduções a impostos que originam receitas para as autarquias, salientando que contrariamente ao que se pensa foram feitas todas as contas no caso do Município de Oliveira do Hospital. Espera efectivamente que o Governo tome as medidas consideradas correctas nesse sentido, aliviando assim a forte carga fiscal incidente sobre os rendimentos do trabalho. -----

-----**2.2.2 - REDE SOCIAL DO CONCELHO**-----

-----Relativamente ao funcionamento e operacionalidade da Rede Social do Concelho de Oliveira do Hospital, o Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu o seguinte: -----

-----“Sabemos que o Plano de Desenvolvimento Social está expirado desde Junho passado. Tendo aqui alertado várias vezes para a sua revisão e actualização, solicitava ao Sr. Presidente da Câmara que desse conta do ponto de situação dos trabalhos de actualização, de Diagnóstico e do Plano de Desenvolvimento Social. Alertei também, quando questionei sobre o estado do Plano de Desenvolvimento Social, para a definição, tal como o próprio Plano de Desenvolvimento Social consagra da realização de planos de acção anuais. Actualmente, assistimos publicamente a que, várias Redes Sociais Concelhias venham apresentar publicamente os níveis e taxas de execução dos planos de acção anual. E, relativamente ao Plano de Desenvolvimento Social de Oliveira do Hospital e dos seus respectivos planos de acção anuais, infelizmente nada sabemos. Verifica-se, por



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

outro lado, que Redes Sociais Concelhias ou Concelhos Locais de Acção Social aprovam os seus Planos para o ano de 2008 e a sua ligação aos vários instrumentos de acção social. Sobre o caso de Oliveira do Hospital, infelizmente, na qualidade de Vereador, nada sabemos sobre essa matéria. Recomendam as boas práticas que fosse comunicado ao executivo os níveis de execução do plano anual do Plano de Desenvolvimento Social, como aliás é feito com outros instrumentos coordenados pelo Município. Assim, gostava de saber e que fosse disponibilizada esta informação, que acções é que foram desenvolvidas, e em que áreas se investiu mais, porque temos que antever que o Plano de Desenvolvimento Social e o respectivo plano de acção anual é suposto ter objectivos a atingir, medidas a tomar e acções a concretizar com metas e *timings*. Ou será que o facto do Plano de Desenvolvimento Social estar expirado desde Junho passado paralisou a concretização dessas acções? E, ainda no domínio da Acção Social, volto a vincar a necessidade do Município diligenciar a elaboração da Carta Social, pois já vários Municípios estão a elaborá-las e, recentemente, o próprio Secretário de Estado das Autarquias Locais vem reafirmar o seu papel de planeamento e planificação dos investimentos em equipamentos e acções no domínio da solidariedade social apontando o horizonte de 10 anos, portanto um horizonte que vai muito para além dos compromissos de um mandato autárquico.”-----

-----Sobre o assunto, o Sr. Presidente referiu que, na passada Sexta-feira, em reunião da Rede Social Concelhia foram criados grupos de trabalho com vista ao desenvolvimento de todos estes elementos, em vários eixos, envolvendo um conjunto de entidades, para além das IPSS's, no sentido de se pronunciarem sobre estas matérias para que a Rede Social funcione da melhor forma. Disse ainda entender que não serve de nada falar-se em Rede quando algumas instituições quase que se "recusam" a trabalhar sob esse prisma. Esclareceu ainda que, uma vez que os grupos de trabalho foram criados vão ser analisados e desenvolvidos os vários temas dentro de cada um dos eixos, esperando que este processo esteja concluído o mais brevemente possível.-----

-----2.2.3 - AFIRMAÇÕES DE EX. CHEFE DE GABINETE PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu o seguinte: -----
-----“Há dias, li uma entrevista na última edição do jornal “Correio da Beira”, onde são apontadas acusações graves ao funcionamento da Câmara e acção dos seus principais dirigentes. Uma entrevista do ex. Chefe de Gabinete demitido pelo Sr. Presidente da Câmara, onde renova uma série de acusações sobre o funcionamento da Câmara e actuação dos seus responsáveis. Entendo que estas acusações são muito graves. Já tinham sido efectuadas no passado, e foi aqui feita uma interpelação em 2006 pelos Vereadores do Partido Socialista sobre as acusações que vieram na comunicação social, ao que nos foi dito que tudo seria esclarecido em Tribunal. Em Tribunal nada foi esclarecido, as partes envolvidas remeteram-se ao silêncio e entregaram-se a um acordo. Mas as acusações de pressão e discriminação, por exemplo aos Srs. Presidentes de Junta de Freguesia ficaram no ar, assim como supostos aliciamentos de empregos para garantir apoios em lutas partidárias, que nada tem a ver com o interesse público municipal, nem com os interesses do município e que agora voltam a ser reiteradas de forma incisiva nesta mesma entrevista. A mim, naturalmente, como Vereador desta Câmara Municipal, não me interessa em sentido lato a referida entrevista nem o que ela pretende em termos da luta partidária que envolve o PSD. No entanto, preocupa-me profundamente o seu conteúdo, a gravidade de algumas acusações à Câmara Municipal, especificamente a quem a dirige diariamente. É citado o nome do Sr. Presidente da Câmara e do Sr. Vice-Presidente da Câmara e creio que não podem deixar-se passar em claro. E tais acusações sendo graves, são citadas perseguições “deliberadas” a Presidentes de Junta de Freguesia,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

A visualização deste documento não invalida a consulta do original

há aproveitamentos que devem ser averiguados, “e eu estou a citar a partir da entrevista”, há situações de aproveitamento de pessoas que estão à frente da Câmara para satisfazer o desejo de militantes, em relação a determinados tipos de empregos. Eu creio que estas acusações, sendo graves, obrigam a esclarecimento por parte dos visados, seja o Sr. Presidente da Câmara seja o Sr. Vice-Presidente da Câmara, creio que todo o executivo tem de saber o que se passa, pois entendo que esta situação não pode passar em claro e carece das devidas explicações.”-----

-----Sobre o assunto, o Sr. Presidente referiu que “em chicanas políticas não entra”, pelo que “se o Sr. Vereador tiver alguma dúvida relativamente a qualquer uma destas matérias, deverá solicitar os devidos esclarecimentos”, sublinhando que tal como é do conhecimento público, não responde a entrevistas. Mais declarou rejeitar qualquer tipo de acusação desta natureza, esclarecendo que na sequência de um concurso a nomeação de pessoas para ocupação dos cargos disponíveis é da responsabilidade de um Júri, composto por três pessoas, e do qual não faz parte. No que diz respeito aos Presidentes de Junta de Freguesia referiu que também gostaria de saber quais são os que sofrem de “pressão e discriminação” por parte da sua pessoa, garantindo que “trata os Srs. Presidentes de Junta de Freguesia de forma igual, embora alguns possam pensar que são tratados de forma diferente”. Confirmou o facto de receber os Srs. Presidentes de Junta no vão das escadas e de porta entreaberta, mas considera tratar-se de uma atitude ilustrativa da relação fácil e de amizade que mantém com cada um deles. Prosseguiu salientando que, da sua parte não existem discriminações, apenas procura estabelecer equilíbrios entre as Freguesias, sublinhando que “é disso que alguns Presidentes de Junta eventualmente não gostam”. Frisou ainda que continuará a desenvolver o seu trabalho nesta perspectiva e nesta medida, tratando as Juntas de Freguesia por igual e procurando esbater os desequilíbrios ainda existentes nalgumas freguesias do concelho, quer se goste ou não. Concluiu referindo que “se fosse a dar ouvidos a todas as provocações que me são feitas não sairia do Ministério Público a apresentar queixas crimes”.-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo esclareceu que apenas se referiu ao funcionamento da autarquia e que o Sr. Presidente da Câmara acabou por personalizar esta questão, considerando a sua postura como de “vitimização”, ao que o Sr. Presidente referiu que “um indivíduo com princípios de ética e de moral não pode permitir que, em qualquer instituição que esteja a dirigir, aconteçam situações dessas”, sublinhando que “outros haverá que, se um dia por cá passarem, se verá o que sobre eles se há-de dizer.”-----

-----Relativamente no tratamento aos senhores Presidentes de Junta, o Sr. Vereador José Francisco Rolo, referiu que “aquilo que os documentos de Prestação de Contas do Município mostram em anos sucessivos é que há claramente tratamento diferenciado seja em transferências de despesas de capital, seja em transferências de despesas correntes, e o padrão das mais beneficiadas têm-se mantido, há vários anos, pelo que tem demorado mais que um mandato a corrigir esses desequilíbrios entre as freguesias. São os números da Prestação de Contas que o demonstram”.-----

-----**2.2.4 - CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL**-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, o Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu o seguinte:-----

-----“Tivemos conhecimento na última reunião, através de uma informação dada pelo Sr. Presidente da Câmara, que a carta Educativa de Oliveira do Hospital foi homologada. Neste momento o Município tem condições de fazer candidaturas ao Programa Operacional para a Região Centro, uma vez que este disponibiliza de 22 milhões para a requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo e Pré-Escolar, com um nível de comparticipação de 70%, sendo que este “bolo” será reforçado mais à frente, segundo declarações do Sr. Presidente da CCDRC. Assim questionava o Sr.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Presidente da Câmara sobre se o Município de Oliveira do Hospital vai avançar com alguma candidatura para a requalificação de algum equipamento educativo no concelho e como é que a mesma se processará, se já foi feita ou não, e se os projectos de execução estão preparados.” -----
-----Sobre o assunto, o Sr. Presidente deu conta de que a Câmara Municipal está preparada mas que só poderá apresentar candidaturas depois de haver a intenção de adjudicação de obras, esclarecendo que, para se chegar a esse ponto, é necessário que a DREC se pronuncie sobre os projectos que lhe são apresentados. No caso em apreço deu conta de que a Câmara Municipal já apresentou à DREC – Direcção Regional de Educação do Centro um projecto para ampliação da escola do 1º CEB de Oliveira do Hospital, estando a aguardar que aquela entidade se pronuncie sobre o mesmo para que possa avançar com a abertura de concurso para a referida empreitada. -----

2.3 – INTERVENÇÃO DA SRA. VEREADORA MARIA JOSÉ FREIXINHO-----

-----2.3.1 - ANÁLISE DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL E PLANTA DE ORDENAMENTO-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe e na sequência da deliberação tomada em reunião extraordinária de 4 de Março do ano em curso, a Sra. Vereadora Maria José Freixinho requereu ao Sr. Presidente da Câmara a prorrogação do prazo de entrega das alterações/ sugestões sobre a Proposta de Regulamento do PDM, por mais 8 dias, no sentido de que os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista possam elaborar um documento mais conciso que possa orientar e sensibilizar para algumas situações, ao que aquele responsável referiu não ver qualquer inconveniente na cedência do prazo solicitado, salientando que, à semelhança do que disse na referida reunião, o Plano Director Municipal “é um projecto de regime em que todos os membros deste executivo, e não só, devem falar o mesmo tipo de linguagem”, sublinhando que “não pode nem deve haver demagogias à volta deste tema”. Esclareceu ainda que “uma coisa são propostas que nós fazemos, outra coisa é a possibilidade ou não de essas propostas serem consideradas no documento por força daquilo que a Lei dispõe relativamente a essas matérias”, pelo que entende que deve haver essa noção e essa consciência uma vez que não será o Presidente da Câmara a reprovar qualquer uma das propostas que venham a ser apresentadas, frisando que “se essas propostas são boas para vós, também serão boas para mim, porque o objectivo com que se fazem as propostas, tem a ver com o desenvolvimento do concelho, e portanto estamos todos embuídos do mesmo espírito”. Alertou ainda de que, existe por parte da Comissão Técnica de Acompanhamento e de outras entidades que compõem a mesma, restrições que, por vezes, não se compreendem por isso que qualquer proposta que não venha a ser considerada não será por má vontade de quem quer que seja. -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo tomando uso da palavra referiu o seguinte: “obviamente que os nossos contributos serão apresentados numa perspectiva de análise do regulamento proposto, versão 0, da leitura atenta da planta de ordenamento proposta e, a partir daí, fazer propostas em jeito de recomendação, na certeza de que elas passarão sempre pelo “crivo” técnico e pelas respectivas normas regulamentares, seja da REN, seja da RAN, ou outras, faremos apenas apreciações sobre os documentos em análise. Não queremos que nada vá para além do enquadramento legal e legislativo sobre esta questão, nem poderia ser.” -----

3 – ORDEM DO DIA-----

3.1 - LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

3.1.1 – JOSÉ CARLOS CORREIA MARQUES

D.A.G.F. /Proc. 47/9

-----Requer autorização para a instalação de uma placa publicitária no seu estabelecimento denominado “Pinhos Marques”, sito na Rua Engº Adelino Amaro da Costa, 11-B, em Oliveira do Hospital. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido nos termos do Regulamento sobre Afixação e Inscrição de Mensagens de Publicidade e Propaganda no concelho de Oliveira do Hospital. -----

3.1.2 – RENTOLI – ALUGUER DE AUTOMÓVEIS, LDA

D.A.G.F. /Proc. 47/9

-----Requer autorização para a instalação de um reclamo luminoso no seu estabelecimento, sito na Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, em Oliveira do Hospital. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido nos termos do Regulamento sobre Afixação e Inscrição de Mensagens de Publicidade e Propaganda no concelho de Oliveira do Hospital. -----

3.2 - LICENCIAMENTO DE OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA

3.2.1 – PASTELARIA PRIMAVERA - CORREIA & CORREIA, LDA

D.A.G.F./Proc.47/10

-----Requer a concessão da licença para ocupação da via pública com esplanada, com a área de 6m², junto ao seu estabelecimento, sito na Rua Prof. António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, em Oliveira do Hospital, para o período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro 2008. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido, condicionado a que as mesas sejam colocadas na parte mais baixa do passeio, deixando as entradas do edifício completamente libertas. -----

3.3 – ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL DE PÓVOA DE SÃO COSME - PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS DESPESAS PELA CONSTRUÇÃO DE RAMAL DE SANEAMENTO

D.A.G.F./Proc. 47/1

-----A Câmara Municipal de acordo com a informação prestada pelo respectivo Chefe de Secção deliberou, por unanimidade e nos termos do nº 2 do artigo 6º do Regulamento de Liquidação e Cobrança das Taxas e Tarifas, isentar a Associação Recreativa e Cultural de Póvoa de São Cosme, do pagamento das despesas inerentes à construção de ramal de saneamento, no montante de 211,85 € (Duzentos e onze euros e oitenta e cinco cêntimos), conforme solicitado, considerando estas despesas no conceito das taxas e tarifas previsto na referida norma regulamentar. -----

3.4 - DÍVIDA DE CONSUMO DE ÁGUA

D.A.G.F./Proc. 30/6

-----Foi presente pelo Sr. Presidente uma carta, com o registo de entrada nº 13380, de 05 de Dezembro de 2007, remetida pela D. Maria do Carmo Madureira Mesquita, residente em Oliveira do Hospital, a dar conta de que lhe tem sido impossível efectuar o pagamento das prestações resultantes de uma dívida de água à Câmara Municipal no montante de 110,00 € (Cento e dez euros), alegando a sua débil situação de carência económico-social. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----A Câmara Municipal de acordo com a informação prestada pela Técnica de Acção Social deliberou, por unanimidade, converter a dívida de água existente em nome do seu marido Fernando Augusto dos Santos Saraiva, no valor de cerca de 110,00 € (Cento e dez euros), em dias de trabalho comunitário, conforme solicitado pela D. Maria do Carmo Madureira Mesquita. -----

-----3.5 - ANULAÇÃO DE RECEITA VIRTUAL POR PRESCRIÇÃO-----

D.A.G.F./Proc. 31/DOC.2

-----Nos termos do disposto no nº 1 do artigo 48º do Decreto-Lei nº 398/98, de 17 de Dezembro, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e de acordo com a informação da Escrivã das Execuções Fiscais, a qual se dá aqui como transcrita e reproduzida e fica a fazer parte integrante desta acta, proceder à anulação das dívidas prescritas relativas ao Fornecimento de Água; Ocupação do Terrado da Feira; Tarifa de Conservação de Esgotos e Ramais de Saneamento, respeitantes aos anos de 1998 e 1999, no montante de 4.828,89 € (Quatro mil, oitocentos e vinte e oito euros e oitenta e nove centésimos), cujas listagens se anexam e ficam a fazer parte integrante desta acta, devendo os responsáveis pelos serviços emissores a que os respectivos rendimentos dizem respeito proceder à anulação dos conhecimentos em poder da Tesouraria Municipal. -----

-----3.6 - PAGAMENTO DE INDEMNIZAÇÃO-----

D.A.G.F./Proc.16

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, proceder à liquidação à Sra. D. Maria de Lurdes Marques Nunes Tenreiro, residente em Largo Santa Bárbara, 43, em Canas de Senhorim, contribuinte fiscal nº 222 380 489, da importância de 96,80 € (Noventa e seis euros e oitenta centésimos) como indemnização pelos danos causados na sua viatura por um tractor corta sebes que estava a ser utilizado por funcionários deste Município quando procediam à realização de trabalhos de limpeza de bermas e taludes na localidade de Sobreda, freguesia de Seixo da Beira, concelho de Oliveira do Hospital. -----

3.7 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:-----

A) - INSTITUIÇÕES:-----

-----A-1) - ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE OLIVEIRA DO HOSPITAL (EQUIPAS DE INTERVENÇÃO PERMANENTE)-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado, atribua à Associação dos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital, um subsídio no montante de **18.598,97 €** (Dezoito mil quinhentos e noventa e oito euros e noventa e sete centésimos) referente à quota parte da autarquia no funcionamento, no corrente ano, da Equipa de Intervenção Permanente, nos termos do Protocolo celebrado para o efeito. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

-----A-2) - ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA NOGUEIRENSE-----

D.A.G.F./Proc.53/4



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado, atribua à Associação Desportiva Nogueirense, um subsídio no montante de **10.000,00 € (Dez mil euros)**, como comparticipação nos custos com a execução de uma cobertura a aplicar na zona das bancadas do parque desportivo, o qual só será pago após o levantamento da respectiva licença de construção.----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

B) AUTARQUIAS: -----

-----**B -1) - FREGUESIA DE BOBADELA**-----

D.A.G.F/Proc.30

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Freguesia de Bobadela, um subsídio no montante de **75,00 € (Setenta e cinco euros)**, como comparticipação pela cobrança dos recibos de água no período compreendido entre os meses de Maio a Julho de 2007. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

-----**B-2) - FREGUESIA DE TRAVANCA DE LAGOS**-----

D.A.G.F/Proc.30

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Freguesia de Travanca de Lagos, um subsídio no montante de **370,65 € (Trezentos e setenta euros e sessenta e cinco cêntimos)** como comparticipação pela cobrança dos recibos de água no período compreendido entre os meses de Janeiro a Dezembro de 2007. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

3.8 - OBRAS PARTICULARES:-----

-----**3.8.1 - LISTAGEM DE PROJECTOS DEFERIDOS E INDEFERIDOS**-----

D.S.T./DOC.3

-----Nos termos do disposto no nº 3 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, o Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os processos de licenciamento de obras particulares e que constam da listagem que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta. -----

-----**3.9 - LUGARES DE ESTACIONAMENTO RESERVADOS A UTENTES COM MOBILIDADE CONDICIONADA NA ZONA CENTRAL/SUL DA CIDADE DE OLIVEIRA DO HOSPITAL**-----

D.S.T./DOC.4

-----O Sr. Presidente de acordo com a informação elaborada pelo Técnico Superior Assessor Principal do Sector de Vias de Comunicação e Trânsito, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, propôs à Câmara Municipal a fixação de 4 lugares de estacionamento reservados a utentes com mobilidade condicionada na Zona Central/ Sul da



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Cidade de Oliveira do Hospital, tendo sido deliberado, por unanimidade, fixar um lugar reservado a cidadãos com necessidades especiais junto de cada uma das farmácias da cidade, um lugar na Rua Aurélio Amaro Dinis, em substituição do lugar de cargas e descargas lá existente e por último um outro lugar na Av. António Ribeiro Garcia de Vasconcelos, em frente à Repartição das Finanças.-----

-----Ainda sobre este assunto, o Sr. Vereador José Francisco Rolo sugeriu ao Sr. Presidente da Câmara que, para além da fixação destes quatro lugares de estacionamento reservados a utentes com mobilidade condicionada, se pensasse também na possibilidade de ser reservado um lugar junto ao Agrupamento de Escolas Brás Garcia de Mascarenhas e Piscinas Municipais, em Oliveira do Hospital, bem como se equacionasse um lugar também junto à EPTOLIVA, ao que aquele responsável respondeu que irá ter em consideração a sugestão apresentada pelo Sr. Vereador, apesar de nesse equipamento educativo ser possível parar/estacionar o veículo mesmo junto às instalações quando se entra pela entrada/portão principal.-----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida também alertou o Sr. Presidente da Câmara para a necessidade de se efectuar um estudo com vista à construção de algumas rampas de acesso na cidade e bem assim ao edifício do Tribunal e Conservatória e ainda para a necessidade de se instalar sinalização sonora nos semáforos da cidade, ao que aquele responsável respondeu favoravelmente, disponibilizando-se para mandar elaborar um estudo a fim de o remeter ao Ministério da Justiça visando a construção de uma rampa exterior de acesso ao Tribunal, lembrando que, no que diz respeito à construção de uma rampa de acesso no interior do edifício é uma responsabilidade daquela entidade, em virtude da propriedade do imóvel.-----

-----A Sra. Vereadora Maria José Freixinho manifestou o seu agrado por ter verificado que a Câmara Municipal já está a levar a efeito a execução das Zonas de Paragem de Autocarros na Avenida Dr. António Afonso Amaral, junto ao Centro de Saúde, salientando que após a presente aprovação da criação dos lugares de estacionamento reservados a utentes com mobilidade condicionada na Cidade de Oliveira do Hospital, espera que numa próxima reunião sejam também apresentados os mapas com a sinalética para a recolha de passageiros dentro da cidade, no âmbito dos transportes colectivos.-----

3.10 - ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO:-----

3.10.1 - MAPA DE TRANSPORTES-----

D.A.G.F./DOC.5

-----Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 65.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, o Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os pedidos de cedência de transportes, no período compreendido entre 26 de Fevereiro e 11 de Março de 2008, e que constam da listagem que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

**3.10.2 - CASA DA CULTURA CÉSAR OLIVEIRA - ESTATÍSTICAS DO CINEMA:
ANO DE 2007 E 2º CICLO DO CINEMA PORTUGUÊS (2008)**-----

D.A.G.F./DOC.6 E 7

-----Foram presentes pelo Sr. Presidente os mapas estatísticos do número de espectadores de cinema exibido ao longo do ano de 2007 e do 2º Ciclo do Cinema Português realizado durante os meses de Fevereiro e Março de 2008, documentos que se anexam e que ficam a fazer parte integrante desta acta.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

3.10.3 - LIGA DOS BOMBEIROS PORTUGUESES/ REVIVER - ASSOCIAÇÃO DOS OPERACIONAIS E DIRIGENTES DOS BOMBEIROS PORTUGUESES – CAMPANHA DE ANGARIAÇÃO DE FUNDOS-----

D.A.G.F/Proc.53/4

-----Foi presente pelo Sr. Presidente uma carta, com o registo de entrada nº 2043, de 25 de Fevereiro de 2008, remetida pelas entidades em epígrafe, a solicitar apoio financeiro para a construção da Casa de Repouso do Bombeiro.-----

-----Analisada a mesma, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, atribuir à Liga dos Bombeiros Portugueses um subsídio no montante de 500,00 € (Quinhentos euros) como apoio à construção da Casa de Repouso do Bombeiro.-----

4 - OUTROS ASSUNTOS-----

-----Sob proposta do Sr. Presidente, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do artº 19º do Decreto-Lei 442/91, de 15 de Novembro, na sua actual redacção, incluir na Ordem do Dia os seguintes assuntos:-----

4.1 - ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA NOGUEIRENSE-----

D.S.T./Proc.22/1

-----Requer a isenção do pagamento das taxas inerentes ao licenciamento do processo AMP-244.11/06-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e de acordo com o disposto no nº 2 do artigo 6º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Tarifas pela Concessão de Licenças e Prestação de Serviços, isentar a Associação Desportiva Nogueirense do pagamento das referidas taxas.-----

4.2 – CUSTOS SOCIAIS DA VALÊNCIA DE ATL DE OLIVEIRA DO HOSPITAL – ANO CIVIL DE 2007-----

D.A.G.F./DOC.6

-----Na sequência da questão formulada pelo Sr. Vereador José Francisco Rolo em anterior reunião, foi presente pelo Sr. Presidente a informação elaborada pela Técnica Superior de Sociologia, sobre os custos sociais referentes à valência de ATL de Oliveira do Hospital, durante o ano de 2007, documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta. No que diz respeito aos custos sociais da valência de ATL da Casa da Criança de Travanca de Lagos esclareceu que ainda não tinha informação disponível sobre os mesmos.-----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

4.3 - INFORMAÇÃO DE ASSINATURA DE PROTOCOLO-----

-----O Sr. Presidente informou a Câmara Municipal de que, na próxima Quinta-feira, pelas 15 horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, será assinado o Protocolo Financeiro e de Cooperação a celebrar entre o Município de Oliveira do Hospital, a Caixa Geral de Depósitos, a GARVAL – Sociedade de Garantia Mútua, a Associação Comercial e Industrial de Coimbra e o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação para criação do Fundo



REUNIÃO ORDINÁRIA
PÚBLICA DE 11 DE
MARÇO DE 2008

MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

de Apoio às Micro e Pequenas Empresas designado por “Oliveira Finicia - Invista +”. -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

-----**4.4 - FUNCIONAMENTO DO MERCADO MUNICIPAL NA PÁSCOA** -----

-----Considerando a necessidade de garantir o normal abastecimento público, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, que por ocasião da época da Páscoa, o Mercado Municipal esteja aberto no próximo dia 21 de Março (Sexta-feira Santa). -----

5 – ASSUNTOS DOS SENHORES VEREADORES-----

5.1 – INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR PAULO ROCHA -----

-----**5.1.1 – ADI - AGÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TÁBUA E OLIVEIRA DO HOSPITAL** -----

-----O Sr. Vereador Paulo Rocha deu conhecimento à Câmara Municipal da sua presença na reunião de Direcção da ADI, que teve lugar no edifício da Câmara Municipal de Tábua, no dia 6 de Março do corrente ano, dando conta dos assuntos tratados e abordados na mesma. -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

-----**APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA** -----

-----De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente acta em minuta. -----

-----A presente acta foi distribuída a todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respectiva leitura conforme determina o n.º 4 do D. L. 45.362 de 21 de Novembro de 1963. - -----

-----**CONCLUSÃO DA ACTA** -----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente encerrada a reunião, pelas treze horas, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente assinada pelos Senhores Vereadores que o desejarem e que eu, _____, na qualidade de secretário redigi. -----

-----Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, 11 de Março de 2008-----



REUNIÃO ORDINÁRIA
PÚBLICA DE 11 DE
MARÇO DE 2008

MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Presidente

Vereadores



**REUNIÃO ORDINÁRIA
PÚBLICA DE 11 DE
MARÇO DE 2008**

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL**

**Documentos anexados ao final desta acta ao abrigo do
Decreto-Lei 334/82, de 19 de Agosto.**